

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**
3ª CÂMARA CÍVEL**Recurso de Agravo na Apelação Cível n. 323.946-5**

Agravante: HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo

Agravado: Jaime José de Melo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Ementa: Civil e Processual Civil. Recurso de Agravo. Ação Cautelar de Exibição de Documentos. Princípio da Causalidade. Resistência Verificada. Honorários Advocatícios Devidos. Agravo a que se nega provimento.

1 - A obrigação de fornecimento de contrato celebrado não pode ensejar a cobrança de valores por parte da instituição financeira, sendo direito garantido ao consumidor receber cópia do contrato firmado, especialmente considerando no caso o autor declarar sua condição de insuficiência de recursos.

2 - Não pode o Banco condicionar a entrega da documentação do contrato firmado ao pagamento de tarifa, sendo cabível o pagamento dos honorários advocatícios arbitrados pelo juízo sentenciante em 20% sobre o valor da causa (R\$ 1.000,00 – fl. 7), importando, pois, a verba honorária em R\$ 200,00.

3 - Tendo havido a procedência da ação cautelar de exibição de documentos deve o vencido arcar com o ônus sucumbencial, em razão do princípio da causalidade. Assim, correta a condenação do Banco nos honorários advocatícios.

4 - Agravo a que se nega provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo na Apelação nº **323.946-5** em que figura como agravante HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo e como agravado Jaime José de Melo, por unanimidade, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco em **negar provimento ao agravo**, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator

**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

135

Recurso de Agravo na Apelação Cível n. 323.946-5

Agravante: HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo

Agravado: Jaime José de Melo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Jaime José ingressou com ação de exibição de documentos contra o HSBC, tendo o feito tramitado na 29ª Vara Cível do Recife.

A sentença de fls. 63/64 julgou **procedente** o pedido formulado, tendo havido a exibição dos documentos pleiteados. Por fim, condenou o Banco réu ao pagamento de verba honorária advocatícia esta arbitrada em R\$ 2.000,00.

O HSBC apelou (fls. 67/71), tendo este juízo **proferido decisão terminativa (fl. 113), objeto do presente recurso de Agravo**, no sentido de negar seguimento ao apelo, mantendo a sentença que condenou ao Banco arcar com os honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa.

Contra tal decisão interpõe o **HSBC o presente recurso de agravo** reproduzindo as alegações constantes do apelo em apenso, **pretendendo ser desonerado do pagamento de honorários por não ter resistido a pretensão.**

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação, com consequente revogação da decisão recorrida; não havendo reconsideração, requer o julgamento Colegiado do presente recurso de agravo, de modo a reformar a decisão terminativa.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

136

Recurso de Agravo na Apelação Cível n. 323.946-5

Agravante: HSBC – Bank Brasil S/A – Banco Múltiplo

Agravado: Jaime José de Melo

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

Vislumbro serem as razões do presente recurso semelhantes àquelas lançadas no bojo do recurso apelatório. Logo, não merecem prosperar.

Desse modo, a questão foi amplamente explorada na decisão terminativa agravada devendo ser mantida por seus próprios fundamentos, que passo a reiterá-los:

(...) O caso envolve relação contratual de alienação fiduciária para financiamento de veículo adquirido pelo autor/apelado Jaime José contra o Banco HSBC réu/apelante, tendo o autor ingressado com ação de exibição de documentos para ter acesso às cláusulas contratuais contidas no pacto firmado.

O magistrado de piso julgou procedente o feito constatando ter havido a exibição dos documentos pleiteados por parte do Banco em sede contestatória (fls. 31/57), e o condenou ao pagamento de verba honorária advocatícia esta arbitrada em R\$ 2.000,00.

Contra tal sentença apela o HSBC ponderando não ser devido o pagamento de honorários advocatícios.

Não há como proceder o intento do Banco.

Alega o Banco apelante não ter resistido à pretensão de Jaime José para entregar os documentos solicitados, entretanto afirma à fl. 69 não ser devida a apresentação da documentação sem o pagamento de taxas bancárias.

Ora, a obrigação de fornecimento de contrato celebrado não pode ensejar a cobrança de valores por parte da instituição financeira, sendo direito garantido ao consumidor receber cópia do contrato firmado, especialmente considerando no caso o autor declarar sua condição de insuficiência de recursos (fl. 09).

Agindo da forma narrada não como o Banco aduzir não ter resistido ao intento do consumidor em receber cópia do contrato, sendo cabível o pagamento dos honorários advocatícios arbitrados pelo juízo sentenciante com razoabilidade no importe de R\$ 2.000,00.

A jurisprudência manifesta-se sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RESISTÊNCIA VERIFICADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. CABIMENTO. 1. Em ação de exibição de documentos, havendo resistência, é cabível a condenação a honorários advocatícios, em face do que dispõe o princípio da causalidade. 2. Agravo regimental desprovido.

(STJ - AgRg no AREsp: 129857 MS 2011/0306168-7, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 06/08/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/08/2013)

E mais:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RESISTÊNCIA VERIFICADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. CABIMENTO. 1. Em ação de exibição de documentos, havendo resistência, é cabível a condenação a honorários advocatícios, em face do que dispõe o princípio da causalidade. 2. Agravo regimental desprovido.

(STJ - AgRg no AREsp: 129857 MS 2011/0306168-7, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 06/08/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/08/2013)

Assim, pelos elementos contidos nos autos não entendo haver razão para reformar a sentença proferida no feito, motivo pelo qual **NEGO SEGUIMENTO** ao presente apelo, nos termos do art. 557 do CPC, ante sua manifesta improcedência.

Como se observa, as questões ventiladas no presente recurso de agravo já foram enfrentadas na decisão terminativa, nada havendo no recurso que acarrete a modificação do entendimento esposado naquele julgado.

Assim, restou verificado nos autos ter o próprio Banco confessado não ser obrigado a apresentar documentos sem o pagamento de tarifas, sendo tal conduta vedada por se tratar de cópia do contrato firmado entre as partes.

Nesse sentido transcevo aresto do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS. COBRANÇA DE TARIFA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.(...)

2. Em ação de exibição de documentos, não pode a instituição financeira condicionar a apresentação de extratos ao pagamento de tarifas. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1082268/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/02/2011, DJe 22/02/2011). (original sem destaques)

Ademais, tendo havido a procedência da ação cautelar de exibição de documentos deve o vencido arcar com o ônus sucumbencial, em razão do princípio da causalidade. Assim, correta a condenação do Banco nos honorários advocatícios.

Transcrevo entendimento do STJ sobre o tema:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, EMFACE À INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. INSURGÊNCIA DA RÉ. 7831. **Honorários advocatícios em ação cautelar de exibição de documentos. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a ação cautelar de exibição de documentos possui natureza contenciosa e, na hipótese de sua procedência,**

deve o vencido arcar com o ônus sucumbencial, em razão do princípio da causalidade. Incidência da Súmula 83/STJ.2. Pretensão de redimensionamento dos honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados na origem. É cediço nesta Corte que só é permitido modificar valores fixados a título de honorários advocatícios se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, exigindo-se, ainda, que as instâncias ordinárias não tenham emitido concreto juízo de valor sobre os critérios estabelecidos no § 3º do artigo 20 do CPC (grau de zelo profissional, lugar de prestação do serviço, natureza e importância da causa, trabalho realizado pelo advogado e tempo exigido para o desempenho do seu serviço). Incidência da Súmula 7/STJ ainda que o apelo extremo tenha amparo na alínea a do permissivo constitucional. 20CPC3. Agravo regimental desprovido. (1417724 SC 2011/0092443-2, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 23/10/2012, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/11/2012) (original sem destaques)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.1. É possível a condenação em honorários advocatícios na ação cautelar em face do princípio da causalidade.2. Agravo regimental a que se nega provimento. (1363344 RS 2010/0193928-0, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 22/03/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/03/2011) (original sem destaques)

É de se registrar que a sentença recorrida (fl. 64) condenou o Banco a arcar com os honorários advocatícios de 20% sobre o valor da causa (R\$ 1.000,00 - fl. 7), importando, pois, a verba honorária em R\$ 200,00.

Dessa forma, não há razão para ser reformada a decisão terminativa recorrida.

Em face do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente agravo legal, mantendo a decisão terminativa em todos os seus termos.

É o voto.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator